

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.463.889 - SP  
(2019/0065714-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE** : PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.  
**ADVOGADOS** : EDUARDO CHALFIN - SP241287  
CARLA ARETUZA PINHEIRO CUNHA - SP182755  
TIAGO LUIS LANERI - SP377011  
**EMBARGADO** : JAIME DIAS DO AMARAL  
**ADVOGADO** : SHIRLEY APARECIDA TUDDA FRAGOSO - SP312084

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A. à decisão de fls. 524/527, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante, em síntese, que "a referida decisão não foi fundamentada nos termos dos arts. 489, § 1º, II e V, e 927 do CC" (fl. 530).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Veja-se que a parte embargante pretende o exame de mérito do recurso especial. Porém, esse exame restou prejudicado pela ausência de preenchimento dos pressupostos recursais e o consequente não conhecimento do recurso, que obstou a abertura desta instância superior e, portanto, a produção do efeito translativo. Portanto, não há que se cogitar da ocorrência de omissão, uma vez que o recurso sequer ultrapassou o juízo prévio de admissibilidade para que o mérito fosse apreciado.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida

no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente